Desafios da Política Externa Brasileira: os Impactos Para a Construção da Liderança Regional a Partir da Ascensão Chinesa pós-2008[1]

Yuri Bravo Coutinho[2]

Resumo: Neste trabalho analisam-se os desafios da Política Externa Brasileira (PEB) a partir da revisão da ordem global por meio da ascensão pacífica chinesa no sistema internacional. O objetivo geral é compreender os principais determinantes da presença chinesa em âmbito global e a consequente aproximação da relação entre China e Brasil, verificando o derivado alinhamento pragmático em busca de ganhos (*bandwagoning for profit*), bem como o impacto desse processo na atuação regional brasileira. A
Palavras-chave: Política externa. Brasil. China. Bandwagoning. Liderança Regional.

1 Este trabalho é considerado uma versão exploratória do Trabalho de Conclusão de Curso, o qual se encontra em fase de construção. Registro aqui o agradecimento à Prof. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto e ao Pós-Graduando Guilherme Thudium pelos comentários.

2 Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa (UFSM), sob orientação do Prof. Dr. Júlio C. Rodriguez. Acadêmico do sétimo semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). e-mail: yuri.bravo1998@gmail.com

1 Introdução

Este artigo faz uma análise exploratória para um futuro aprofundamento sobre as dificuldades enfrentadas pela política externa brasileira após a ascensão pacífica chinesa, dado o não-aproveitamento de oportunidades internacionais pela descredibilidade do Brasil frente à crise institucional doméstica e ao consequente desinteresse pela busca de autonomia e desenvolvimento, junto ao relativo distanciamento da América do Sul e à restrição de capacidades materiais. Tendo em vista a parceria estratégica chinesa, há de ser analisada qual o grau de cooperação a partir do estreitamento dessa relação bilateral. Nesse sentido, a maior inserção da China na região sul-americana desde o começo do século XX, tal como o balanço de poder contra o pólo hegemônico (EUA), gerou grandes estímulos para a busca dos vetores tradicionais de desenvolvimento e autonomia brasileiros durante o Governo Lula (2003-2010). Porém, após 2008, busca-se compreender a permissividade dos âmbitos regional e internacional legados pela política externa ativa direcionada pela parceria estratégica chinesa. Assim, analisa-se o caráter da cooperação com a China, o grau de restrição atrelada a essa parceria e o que realmente pode-se concluir da Cooperação Sul-Sul legada pela PEB do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. A partir disso, o trabalho objetiva abordar os desafios para os vetores tradicionais da PEB, o interesse em consolidar-se como liderança regional e como se traduzem as intervenientes da percepção do Estado e da relação Estado-sociedade com o advento da aproximação chinesa da América do Sul e sua atuação revisionista em nível global. Para tanto, a atuação da PEB é observada como oscilante entre os níveis regional e sistêmico frente à permissividade e ao grau de clareza do âmbito externo tendo como referência o líder revisionista – a China.

Contudo, a análise aqui feita encaixa-se nas tipologias de Schweller (1994), propondo que a estratégia de atuação externa brasileira desde 2008 oscila entre (i) Chacal[3], por buscar a revisão da ordem seguindo o lobo[4] – ou seja, a China – e Cordeiro[5] por ficar na sombra da potência satisfeita na ordem internacional – por

3 Chacal é uma analogia, segundo Schweller (1994), ao país revisionista que segue o líder revisionista do *status quo* e da ordem global, ou seja, o lobo.

4 Lobo é uma analogia para o líder revisionista do status quo, segundo Schweller (1994), com capacidades que possibilitam tal ação, aceitando os riscos ao atuar no sistema internacional.

5 Cordeiro é uma analogia, segundo Schweller (1994), ao país que fica na espreita do líder satisfeito com a ordem e o status quo globais, se beneficiando pelo suporte à esse líder, também análogo ao leão, segundo o mesmo autor.

ora se alinhar aos interesses estadunidenses e ficar na sombra das decisões chinesas – que restringem a atuação brasileira na região sul-americana, por conta da aproximação da China, ou no nível internacional por não responder às expectativas brasileiras. Justifica-se o estudo pelo ponto de que o Brasil, historicamente, tem utilizado das grandes potências, buscando seus interesses nacionais, tradicionalmente o desenvolvimento doméstico e a autonomia internacional, que corroboram com a sua consolidação da liderança regional, progredindo ao pautar o estudo de caso para analisar tal perspectiva realista neoclássica em um recorte de tempo relativamente atual. Nesse sentido, o trabalho chega na hipótese de que a China desempenha um balanço de poder internacional com os EUA, enquanto o Brasil exerce *bandwagoning for profit* em âmbito internacional, visando à liderança na América do Sul através do incremento no grau de autonomia da PEB, buscando complementar o estudo de Rodriguez (2012).

2 Diplomacia de Ascensão Pacífica

O conceito de Ascensão Pacífica[6] como parte da diplomacia vinculada à política externa chinesa ganhou notoriedade a partir do século XXI, embora os princípios norteadores de tal diplomacia já tenham sido calcados como parte da política externa moderna desde 1978 (AMARAL, 2012). Desde a formação da RPC (República Popular da China), em 1949 com Mao Tse Tung[7], a diplomacia chinesa buscou implementar um discurso pacífico, cooperativo e independente para a sua política externa.

A partir de 1978, Deng Xiaoping[8] foi o chefe de governo responsável pela abertura econômica chinesa, promovendo o país a uma nova fase da diplomacia externa, estando mais presente na esfera internacional (AMARAL, 2012). A Moderna Diplomacia Chinesa, como ficou conhecida, com nova interação no sistema internacional a partir do rompimento de parceria com a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviética), passou a abordar a paz e desenvolvimento como pilares da política externa, persistindo no desenvolvimento econômico

6 Termo lançado em 2003 por Zheng Bijian, vice-presidente do *Central Committee's Central Party School*, passando a fazer parte do discurso oficial chinês em 2004, consolidado pelo presidente Hu Jintao e primeiro ministro Wen Jiabao.
7 Líder da Revolução Chinesa e fundador da República Popular da China, governou o país de 1949 a 1976.
8 Presidente sucessor de Mao Tse Tung, governando o país de 1978 a 1992.

como propulsor e consolidador desses objetivos (AMARAL, 2012). O processo de abertura econômica chinês, conhecido como as "Quatro Modernizações", visava desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria e ciência e tecnologia, além de promover a chamada "Política das Portas Abertas", a qual se baseava em facilitar vínculos diplomáticos com países fora do bloco socialista, inaugurando uma nova fase para o Estado chinês.

A expansão global da China, porém, não ocorreu repentinamente. O crescimento chinês vinculou-se diretamente à política do Partido Comunista Chinês em 1978. Durante os anos 1980, a estratégia da China começou pelo investimento internacional nos setores educacional, tecnológico e científico. Já nos anos 1990, o *out-going*[9] chinês dá continuidade à externalização pelo encorajamento do investimento e relações econômicas com territórios antes influenciados pela dinâmica da Guerra Fria[10] (SHAMBAUGH, 2013). Assim, percebe-se a ascensão pacífica a partir de uma abertura paulatina da China para o mundo.

O conceito de "ascensão pacífica" pode ser descrito pela influência da identidade chinesa de não-conflitualidade presente em sua cultura e origem, que agora havia alcançado uma representação na política externa do país (AMARAL, 2012). Evidentemente, a ideia de ascensão constrói a alusão de desestabilização da ordem vigente. Para a ascensão pacífica, há a importância da premissa de que o ambiente externo pacífico seria fundamental para o desenvolvimento econômico. Essa ideia confere com a supremacia dos interesses econômicos na política externa chinesa. Assim, o discurso oficial da ascensão pacífica é sustentado pelo princípio da coexistência pacífica, contemplando o (i) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (ii) não agressão; (iii) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (iv) igualdade e benefícios recíprocos; (v) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (AMARAL, 2012), sendo convincente para a América Latina a percepção chinesa de que a presença desta no continente não levaria ao conflito de interesses, visto a relação de ganho para ambas as partes.

9 Conceito que visou a externalização das políticas domésticas da China a fim de buscar estabelecer relações no cenário internacional.

10 As dinâmicas da Guerra Fria condicionaram países e territórios, considerados pontuais às superpotências, à apreensão latente de seus discursos que potencializavam ameaças ao sistema internacional.

Tal diplomacia não busca "estar no caminho de outro país" ou "ameaçar outro país" ou ainda conseguir alcançar a ascensão à custa de uma nação em particular, nesse caso, a presença na América Latina, segundo a diplomacia de ascensão pacífica não representa ameaça à hegemonia estadunidense, nem a nível internacional tampouco regional.

O governo chinês buscou o desenvolvimento como terreno para a sua consolidação como potência global seguindo uma postura pacífica, com cooperação, acordos bilaterais e multilaterais, o que torna possível e legítima sua presença na América Latina. Assim, a credibilidade do intercâmbio com a China se dá pela diplomacia desta concatenando sua interferência no continente latino-americano pela defesa da justiça e benefício mútuo, tornando possível o desenvolvimento comum entre as partes (AMARAL, 2012).

Em conjunto da ascensão pacífica, o *Comprehensive Power* chinês como meio para alcançar o posto de potência global, busca analisar as experiências de outras potências e, a partir da conclusão de que as potências se expandiram internacionalmente através do conflito e desestabilização da ordem, a China percebeu que é possível a ascensão pacífica através da coexistência de potências, procurando, então, fortalecer todas as dimensões de poder – economia, ciência, tecnologia, educação, entre outras (SHAMBAUGH, 2013). A ideia do RPC de que o poder deve ser compreensível e legitimo em âmbito internacional, busca atrelar sua presença às lacunas deixadas por outras potências, nesse caso dos EUA (Estados Unidos da América) com relação à América Latina. A presença chinesa a partir da ideia de *comprehensive power* consiste em integrar sua política externa com a de seus parceiros estratégicos, levando ao ganho absoluto das duas vias. O dominador comum para as atividades da política externa chinesa engloba o desenvolvimento econômico doméstico, levando à postura de trocas mercantilistas e investimento externo (SHAMBAUGH, 2013).

Assim, a política externa da ascensão pacífica, construída em conjunto da ideia de *comprehensive power*, provê à China a imagem de uma potência emergente que está disposta, diferente dos EUA e da diplomacia ocidental, a atender os países da América Latina de forma a beneficia-los domesticamente, no que tange ao desenvolvimento e autonomia, ao passo que facilita a presença global chinesa.

Como, historicamente, poderes em ascensão global têm explorado os recursos internacionais através de dinâmicas coloniais, invasão e guerra, a China, por sua vez, busca a ascensão global direcionada pelo capital econômico, tecnologia e troca de recursos de maneira pacífica (BIJIAN, 2005).

3 Dinâmicas Estruturais: Aproximação e Parceria Estratégica Sino-brasileira

Nas últimas décadas, a China vem desempenhando um papel importante na promoção da multipolaridade. A diplomacia chinesa de ascensão pacífica, posteriormente desenvolvimento pacífico, expandiu globalmente a política do Partido Comunista Chinês (PCC), ao fomentar a ativa participação das empresas chinesas em outros continentes, política que ficou conhecida a partir de 1990 como "*going global*" (SHAMBAUGH, 2013). Essa estratégia se deparou com uma ordem unipolar pós-Guerra Fria, em que os Estados Unidos da América (EUA) se estabeleceram como o polo dominante do sistema. Porém, o rápido crescimento chinês e o estreitamento de relações com os quatro cantos do mundo, nos anos 2000, contribuiu para a emergência de atores novos no sistema internacional e incentivou a revisão do *status quo* da ordem global, um estímulo estrutural que pôs em risco a hegemonia estadunidense.

Assim, o Brasil, como um país que observou a aproximação da política externa chinesa, moldou sua política externa no governo Lula (2003-2010) frente à percepção de oportunidades provindas da atuação revisionista da China (SCHWELLER, 2011; RODRIGUEZ, 2012). Contudo, a aproximação chinesa da América do Sul foi possível pela transigência percebida pelo relativo distanciamento dos EUA na região (SPEKTOR, 2010; DAUVERGNE, 2012; TICKNER, 2015; MALAMUD, 2016), e consequentemente buscando aprofundar sua parceria estratégica com o Brasil, percebida como potência regional, a partir da criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em 2004. Nesse período, a agenda da Política Externa Brasileira (PEB) sob o Governo Lula foi marcada pela busca do multilateralismo e do alinhamento do "Sul Global", em que a China desempenhou um papel de impulsionadora para a busca de desenvolvimento e autonomia a partir da atuação brasileira entre a região e o âmbito internacional (DE

LIMA, 2005; HIRST, DE LIMA E PINHEIRO, 2010; VIGEVANI E CEPALUNI, 2007). No ano de 2008, a crise financeira pode ser observada como um estímulo estrutural, que provê maior abertura ao revisionismo chinês[11]. Desde 2007, os EUA relatam uma decaída no Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que a China consegue manter seu crescimento anual perto de 10%, traduzido em grande parte pela crescente produção doméstica sustentada a partir do fortalecimento de laços político-econômico e trocas comerciais com diversos países, entre eles o Brasil. Em 2009 a potência asiática se torna o maior parceiro comercial do Brasil e, em 2012, o maior importador de produtos brasileiros[12]. Apesar da relativa permissividade do cenário internacional, do aprofundamento das trocas comerciais e da continuidade das reuniões e do relacionamento legados pelos governos anteriores, com Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2018), a política externa brasileira não teve o mesmo vigor de atuação institucional, política e econômica, podendo ser percebida nesse caso pela falta de consolidação da cooperação estratégica com a China e o recuo do diálogo e interesse na região.

Partindo da ótica realista, a ascensão chinesa dos últimos anos percebeu a estagnação da economia estadunidense, corroborando com um balanço de poder por parte da atuação chinesa. A revisão do *status quo* chinês é tido como estímulo estrutural para o *bandwagoning* brasileiro. Tomando a crise financeira de 2008 como um estímulo estrutural, a análise da política externa brasileira enfrenta a região e o sistema internacional a partir de variáveis intervenientes como a (i) percepção dos governos (ii) a mudança de grupos de interesses [dentro da PEB] e (iii) a relação Estado-sociedade (RIPSMAN et al., 2016). Assim, a permissividade para a atuação dentro da região com o constrangimento e percepção de oportunidades provêm

11 "Os estímulos fiscais e monetários impetrados pelas autoridades chinesas surtiram efeito e reduziram consideravelmente os impactos da crise global de 2008 sobre a economia do país. Todavia, as políticas anticíclicas aprofundaram os desequilíbrios entre consumo e investimento economia da China. A expansão do crédito e dos empréstimos foram canalizados maciçamente para a realização de investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário. A taxa de investimento na China, por exemplo, saltou de uma média anual de 41,1% do PIB, entre 2003 e 2008, para 46,2%, entre 2009 e 2015." Disponível em: https://www.mundorama.net/?p=19355

12 "A China é, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil e vem-se constituindo numa das principais fontes de investimento no País. A corrente de comércio Brasil-China ampliou-se de forma marcante entre 2001 e 2015 – passando de US$ 3,2 bilhões para US$ 66,3 bilhões. Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como principal parceiro comercial do Brasil, pelo critério do fluxo de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil." Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china

da parceria estratégica sino-brasileira, e, no próximo capítulo, será analisada como se dá a cooperação entre China e Brasil, ou seja, sob que aspectos isso fortalece o Brasil frente ao continente e, ainda, como a China pode ser um entrave à liderança regional brasileira.

4 Aproximação Chinesa da América do Sul e Atuação Brasileira na Região

Segundo De Holanda (2016), as relações diplomáticas entre China e Brasil já duram mais de 40 anos. Entre relações bilaterais e interações com valores próximos nos fóruns e práticas multilaterais, a cooperação entre os dois países evoluiu no momento unipolar pós-Guerra Fria, onde os EUA sustentavam um cenário político-econômico neoliberal, pairando – para além do sistema – sua influência sobre a América Latina. A China pós-Guerra Fria percebeu a clareza desse sistema político-econômico para expandir o projeto do Partido Comunista Chinês de "mostrar a China para o mundo", fomentando a abertura econômica do país, a integração aos fóruns e organizações ocidentais e o estabelecimento de trocas comerciais com os quatro cantos do mundo a fim de promover a continuidade do desenvolvimento doméstico acelerado. O sentimento chinês de revisão do *status quo* foi aliado ao ambiente permissivo para atuação e integração da China ao modelo liberal-democrático durante o momento unipolar (JOHNSTON, 2003).

É observável que o Brasil, durante a primeira década do século XXI, trata a China como prioridade na política externa brasileira, assim como o restante dos países do BRIC, ou seja, Rússia, Índia, e posteriormente África do Sul no âmbito dos BRICS, também a preocupação com a atuação externa dentro da Organização das Nações Unidas (ONU), G-20, etc., o que, junto da ascensão emergente da China, tornou viável o alinhamento pragmático dos dois Estados no que se refere à revisão do *status quo* dos países emergentes. Nesse sentido, a percepção da PEB no Governo Lula pode ser atribuída ao fomento da sua atuação autônoma por meio do *bandwagoning for profit* aliado ao líder revisionista como ponto principal da PEB (RODRIGUEZ, 2012). No entanto, a participação brasileira no âmbito internacional aqui é compreendida como Cordeiro ou Chacal por não se promover o exercício revisionista do mesmo modo que a China, pois em alguns momentos

depende da atuação chinesa e dos seus laços político-econômicos com os EUA, o que determina o papel de Cordeiro.

Quanto à China, a ascensão e desenvolvimento pacíficos levaram a maior aproximação da América do Sul através dos investimentos na região (SUETTINGER, 2004). Tendo o Brasil, potência emergente e com valores revisionistas que se acomodam aos interesses político-econômicos internos chineses, como porta de entrada para o continente, houve o estreitamento da cooperação entre ambos. Segundo Ramanzini Júnior

> "o número [de visitas entre os presidentes] é bastante expressivo, assim como as áreas de cooperação de relevância para o Brasil, indicando, no período analisado [2008-2009], certa convergência entre os dois países, sinalizando intensificação de uma relação considerada estratégica para o governo brasileiro" (2013, p. 173).

Assim, a parceria, a partir das diversas áreas de cooperação, como tecnologia, saúde e meio-ambiente, caracterizou a parceria bilateral entre os Estados, sendo criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em 2004 com fins de diversificar a economia brasileira e tornar mais dinâmica a relação de trocas e investimentos proferido durante discurso do então vigente vice-presidente Temer na IV reunião da COSBAN[13].

A Cooperação Sul-Sul e o aprofundamento das trocas entre os países emergentes, em destaque à China, tiveram progressos na política externa brasileira de buscar a revisão do s*tatus quo* por parte de ambos países a partir da parceria estratégica. Porém, pode ser observado que o legado da PEB deixado por Lula necessitava de uma séria continuidade. O projeto de liderança regional a partir de então não progrediu em parte pela apática atuação brasileira nos governos Dilma e Temer, pois mudaram-se os grupos de interesse no Estado e a baixa popularidade dos governos (principalmente o de Temer) responsável pelas crises políticas e econômicas e o alto grau de corrupção institucional. Assim, a atuação da PEB após Lula pode ser identificada pelo descrédito dos países vizinhos devido ao maior direcionamento das pautas político-econômicas se voltarem para a resolução de crises domésticas (CERVO; LESSA, 2014). Ainda, o estreitamento de relações bilaterais da China

13 Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10340-ata-da-quarta-reuniao-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban.

com outros países da América do Sul (Peru, Argentina, Paraguai, etc.) a grosso modo protagonizou a China na região pelos altos níveis de Investimento Externo Direto (IED) e venda de produtos manufaturados. Entretanto, a atuação do Brasil se viu restringida pela China no âmbito econômico por delimitar o crescimento brasileiro ao crescimento chinês, ainda não podendo buscar o papel de líder, o que o identifica como Cordeiro por aceitar a China na região e ter de lidar com os EUA no âmbito sistêmico. Voltando-se ao âmbito global, especificamente nos fóruns internacionais, a China também não respalda as decisões brasileiras, e, no entanto, o Brasil atua como um "ator solitário". Contudo, deve ser analisado com minúcia quais as oportunidades de atuação permitidas em cada nível. Geralmente, pode ser observado que a liderança regional é percebida pelo Brasil como um meio para a inserção internacional, em que as instituições e os ganhos dessa inserção devem beneficiar os países da região, porém, ao evitar os custos da liderança regional, o Brasil diverge das decisões dos seus vizinhos e se afasta da região. Assim, deve-se conciliar a liderança com os interesses e concessões aos países menores, mitigando o receio de um sub-imperialismo e ao passo que fortaleça as instituições, utilizando-as como um meio de projetar a liderança.

5 Conclusão

Em uma análise preliminar, pode-se concluir empiricamente que a hipótese de o Brasil atuar através do *bandwagoning for profit* como Chacal por reconhecer a atuação revisionista chinesa e buscar explanar os interesses brasileiros em âmbito internacional. Porém, após 2008 e o Governo Lula, é observável uma atuação alarmante da PEB, em que as crises domésticas são priorizadas em vez do interesse na região e no âmbito internacional. Assim, a relação bilateral de parceria estratégica com a China deixada por Lula tenta progredir, enquanto a China percebe a falta de capacidades brasileiras para liderar a região e manter estável sua atuação ativa no sistema internacional, na qual a falta de respaldo dos líderes (EUA e China) não contribuem para os interesses brasileiros, proporcionando desafios à atuação brasileira por parte das grandes potências. Nesse sentido, encontram-se diversos desafios para a autonomia e o desenvolvimento brasileiros, tanto como a busca da liderança regional. A atuação presente da China na América do Sul ratifica a

situação de Cordeiro do Brasil, que fica à mercê do líder satisfeito pela restrição revisionista. Por outro lado, a falta de capacidades materiais e imateriais brasileira pode ser amortecida pelo investimento direto e o fortalecimento da cooperação (mesmo que ainda não priorizada como feito por Lula) atenuam a busca de autonomia do Estado brasileiro, tanto como o respaldo do desenvolvimento chinês. Contudo, junto à pauta de desenvolvimento doméstico, crises político-econômicas e a cooperação com países emergentes, a não-aceitação dos riscos na região por parte da PEB faz com que o Brasil oscile entre Cordeiro e Chacal na sombra das grandes potências, buscando sempre a melhor "saída" para beneficiar-se do sistema internacional para poder empreender a liderança na América do Sul em que na relação bilateral com a China, que em 2017 alcançou o maior número de importações brasileiras para o país asiático[14], no futuro, a fim de avaliar posteriormente a hipótese secundária deste trabalho, prescrevendo que o benefício trazido pelas importações chinesas pode ser possível pela estratégia nacional através da articulação de atores governamentais e empresariais.

Challenges of Brazilian Foreign Policy: The Impacts to the Construction of Regional Leadership From Post-2008 Chinese Rise

Abstract: In this work is made the analysis of challenges of Brazilian foreign policy through China's global rise and therefore its intention of global status quo review into the 2008 crisis context. The broad objective is to understand the main determinants of the Chinese presence in global scope likewise the consequent approximation of the relationship between Brazil and China, observing a derived pragmatic alignment in search of profit, known as "bandwagoning for profit" strategy, so much as the impact of that relationship to the regional performance of Brazilian Foreign Policy.

Keywords: Foreign Policy. Brazil. China. Bandwagoning. Regional Leadership.

14 Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/09/china-desbanca-eua-e-se-torna-principal-pais-de-origem-das-mportacoes-brasileiras.

Referências

AMARAL, G. Gabriela. A "Ascensão Pacífica" na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. Revista Aurora, Marília, v. 6, n. 1, p. 71-94, 2012.

BIJIAN, Zheng. *China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status*. 2005. https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2005-09-01/chinas-peaceful-risegreat-power-status. Acesso em: dezembro de 2017.

BIJIAN, Zheng. China's "Peaceful Rise" to Great- Power Status. Foreign Affairs, Nova Iorque, v. 84, n. 5, 2005.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antonio Carlos. O Declinio: insercao internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, p. 133–151, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400308

DAUVERGNE, Peter; BL FARIAS, Déborah. The rise of Brazil as a global development power. *Third World Quarterly*, v. 33, n. 5, p. 903–917, 2012.

DE HOLANDA, Francisco M. B. 40 anos de relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos. In: MARCOS, Embaixador; ABBOTT, Bezerra. Brasil e China: 40 anos de relações. *Fundação Alexandre De Gusmão*, Brasília p. 35-86, 2016.

DE LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, p. 24–59, 2005.

HIRST, Monica; DE LIMA, Maria Regina Soares; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*, v. 12, p. 22–41, 2010. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/portugues/2010/2. Hirst EP 10.pdfAcesso em abril de 2018.

JOHNSTON, Alastair Iain. Is China a Status Quo Power? *International Security*, v. 27, n. 4, p. 5–56, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4137603>.

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini; RIBEIRO, Pedro Feliu. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. *Carta Internacional*, v. 8, n. 1, p. 165–187, 2013. Disponível em: http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/98.

MALAMUD, Andrés. Latin American Regionalism Faces the Rise of Brazil. In: GARDINI, Gian Luca; TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia (Eds.). *Foreign Policy Responses to the Rise of Brazil*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2016. p. 214–227.

RODRIGUEZ, Júlio C. Jackal or Lamb? Brazil in face of the challenges and opportunities of the International System. *Revista Brasileira De Politica Internacional,* v. 55, n. 2, p. 70–89, 2012.

SCHWELLER, Randall. Emerging powers in an age of disorder. *Global Governance*, v. 17, n. 3, p. 285–297, 2011.

SCHWELLER, L. Randall; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. *International Security*, v. 36, n. 1, p. 41–72. 2011.

SHAMBAUGH, David. *China Goes Global: The Partial Power*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

SPEKTOR, Matias. Brazil: The Underlying Ideas of Regional Policies. In: *Regional Leadership in the Global System*. p. 191–204, 2010.

SUETTINGER, Robert L. The Rise and Descent of "Peaceful Rise". *China Leadership Monitor*, n. 12, p. 1–10, 2004.

TICKNER, Arlene. Autonomy and latin american international relations thinking. In: RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan. *Routledge Handbook of Latin American Politics*, Nova Iorque, p. 74-85, 2015.